



**COOPERATIVIDADE SISTÊMICA:
UMA FORMA DE ORGANIZAÇÃO
DOS COLETORES DE MATERIAL
RECICLADO DA CIDADE DE
FORTALEZA PARA A MOBILIZAÇÃO
DO CAPITAL SOCIAL EM FAVOR DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

*Raquel Viana Gondim**

*Graduada em Administração de Empresas (1994), Especialista em Arte-Educação (1998) e Mestre em Administração (2007) pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Professora Titular da Faculdade Nordeste, Faculdade Integrada do Ceará, Faculdade Católica do Ceará.
E-mail: gondim.raquel@gmail.com

Resumo

O desenvolvimento local não está associado exclusivamente ao aspecto econômico. Este é também percebido como um processo multidimensional, envolvendo a comunidade impregnada de história, relações, instituições e a capacidade de conduzir seu próprio destino. O capital social está associado à ocorrência de ajuda mútua por razões sociais, de lazer ou econômicas. Na articulação teórica destes tópicos, este ensaio teve como objetivo apresentar uma proposta de organização dos coletores de material reciclado da cidade de Fortaleza sob a forma de cooperatividade sistêmica para a mobilização do capital social em favor do desenvolvimento local. A pesquisa foi de natureza bibliográfica e documental. Assim, a cooperatividade sistêmica pode ser considerada como uma forma a se pensar politicamente, já que o desenvolvimento de uma comunidade resulta da sua capacidade contínua de participação, mobilização, aprendizagem e organização traduzida pela proximidade, da

elaboração de projetos, da busca das fontes de financiamento e implementação de soluções.

Palavras-chave:

Capital social. Desenvolvimento local. Cooperatividade Sistêmica.

Abstract:

The local development concepts is not exclusively linked to economic aspects. This is also perceived as a multidimensional process, involving a community full of history, interactions, institutions, and able to shape its own destiny in a permanent social capital motion for common goals. The social capital is related to mutual help due to social, leisure and economic factors. At the theoretic articulation among these issues, this essay has as its main objective to present a way for an organization of collectors of recycled material at the city of Fortaleza in the form of a cooperative system for the mobilization

of capital seeking local development. This research was documental and bibliographic. As a result, cooperative overall collectors of recycled material can be considered as a political role because of the community development is a consequence of continuous participation, mobilization, learning and organization achieved by proximity, project elaboration, the search for financing sources and solution implementation.

Key-words:

Social capital. Local development. Cooperative overall

INTRODUÇÃO

Das muitas ações realizadas pelos habitantes das cidades, o manejo dos resíduos sólidos tem demonstrado um desafio particular às gestões dos municípios. Resíduo sólido “[...] é todo material sólido ou semisólido indesejável e que necessita ser removido por ter sido considerado inútil por quem o descarta, em qualquer recipiente destinado a este ato” (MONTEIRO, 2001, p.25). Assim, o lixo produzido em residências, indústrias, hospitais é considerado resíduo sólido.

A coleta do lixo urbano, seu tratamento e sua destinação final ficam a cargo da administração dos municípios e de uma minoria protagonista que, ao exercer uma atividade de subsistência, age no anonimato, como um agente ambiental que presta serviço social à população. Os protagonistas em questão são os coletores de material reciclado, em particular, os da cidade de Fortaleza.

Neste trabalho, ainda em fase de desenvolvimento, considera-se que um projeto de desenvolvimento, além da sua dimensão socioeconômica, está atrelado à cultura de um território, de um espaço concebido como um “ato de produção da ação social humana”. Dessa

forma, o desenvolvimento local está associado à utilização efetiva do potencial das pessoas que nele habitam associado à identidade social e histórica próprias, territorialmente limitadas. Ainda pode ser considerado como grau de interação social entre as pessoas, grupos e organizações, através dos recursos locais disponíveis, dos estabelecimentos das normas e regras, da confiança e da cooperação. Neste sentido, o desenvolvimento local pode ser consequência da capacidade das comunidades locais em conduzir o seu próprio destino na mobilização do capital social para causas comuns.

Articulando esses conceitos, esse ensaio propõe apresentar uma forma de organização dos coletores de material reciclado da cidade de Fortaleza sob a forma de cooperatividade sistêmica para colaborar na mobilização do capital social para o desenvolvimento local. É importante ressaltar que este ensaio é fruto de pesquisa em fase inicial de desenvolvimento. O trabalho está estruturado em três seções, cobrindo os seguintes tópicos: revisão da literatura de suporte; descrição dos sujeitos desse trabalho, baseada em dados secundários da pesquisa intitulada ‘Diagnóstico socioeconômico e cultural do(a) coletor(a) de materiais recicláveis de Fortaleza’ realizada pelo Instituto Municipal de Pesquisas, Administração e Recursos Humanos – IMPARH, no ano de 2006 e, por fim, as considerações finais do trabalho.

1. O DESENVOLVIMENTO LOCAL: CAPITAL SOCIAL, COOPERATIVIDADE SISTÊMICA E PROTAGONISMO COMUNITÁRIO

O desenvolvimento, foco desse estudo, é decorrente das ações sociais humanas organizadas ocorridas em um espaço físico flexível ou territorializadas, quando a efetivação econômica de uma atividade depende de uma localização. Para Santos (2005), o local é o território apropriado pelos atores sociais que o

utilizam como base, suporte, para interagirem numa dinâmica político-econômica mais ampla.

Para Manfredini e Lopes (2005, p.2), o enfoque do local no âmbito do conceito de desenvolvimento é justificado “pelas diversidades existentes, que estabelecem condições diferentes, e, por isso, precisam soluções específicas e adequadas”. Ainda para os autores, novas formas e instrumentos são necessários e devem ser pensados para possibilitar o relacionamento entre as pessoas da localidade, assim como, capacitá-los à autogestão dos processos de desenvolvimento, em conjunto.

Segundo Milani (2005), o desenvolvimento local envolve fatores sociais, culturais e políticos que não são exclusivamente regulados pelo sistema de mercado. Dessa forma, a aceção de desenvolvimento local está relacionada a formas de ação com competências de reconhecer a complexidade que se apresenta em situações novas. Por sua vez, essas situações demandam, na maioria das vezes, respostas inéditas em relação à capacidade de proposição e de ação em todos os níveis, em uma dinâmica horizontal de negociação e encontro (FERRAZ, 2001). Assim, o desenvolvimento envolve escolhas e decisões que só podem ser feitas a partir da articulação entre o local e o global, entre o indivíduo e o coletivo e entre as diferentes esferas sociais (estado, mercado e sociedade civil organizada) (ANDION, 2003).

Enfatiza-se ainda o desenvolvimento local como forma e processo de cooperação social entre os segmentos de uma comunidade que têm interesses e preocupações comuns dada à mesma posição que ocupam no processo de produção das condições materiais da existência humana e social (SOUZA, 1996). A participação social ante as implicações contraditórias da realidade social supõe um conjunto de ações coletivas articuladas em função de objetivos claros definidos pelos diversos atores / agentes participantes e protagonistas de uma comunidade (SOUZA, 1996).

No âmbito da proposta do desenvolvimento local, os participantes de uma comunidade ocupam posições relativas na mobilização de recursos e na elaboração de projetos e são responsáveis por sua gestão e desenvolvimento. A participação dos membros da comunidade configura-se, portanto, como primordial para o desenvolvimento local e nessa aceção, a idéia de capital social, como expectativa generalizada de cooperação (BERETTA; CURINI, 2003), emerge como uma importante dimensão, influenciando na realização de projetos de desenvolvimento alicerçados nos valores culturais, na construção do contexto relacional e nos recursos naturais da comunidade. Diante disso, reconhece-se que cada localidade tem sua própria necessidade e demanda. Os indivíduos que nela atuam elaboram respostas particulares e diferentes em termos de políticas públicas e projetos de desenvolvimento local.

Fukuyama (1996) aborda o tema do capital social através da perspectiva social, qualificado pela confiança e cooperação manifesta nas ações em grupo. Para esse autor, o capital social refere-se à capacidade das pessoas e organizações que constituem a sociedade civil de trabalharem em conjunto para a persecução de causas comuns. A capacidade de associação dos participantes de uma comunidade é algo que depende do grau de partilha de normas e valores e da capacidade destas para subordinarem os interesses individuais aos interesses coletivos dos grupos.

O capital social existente em uma comunidade depende do grau de confiança e cooperação dos participantes da comunidade entre si. Fukuyama (1996) ressalta que a relação entre confiança e desenvolvimento é central nas discussões acerca do capital social, pois o bem-estar de uma nação está condicionado pelo “nível de confiança inerente à sociedade em causa” (FUKUYAMA, 1996, p. 19).

Assim como Fukuyama, Putnam (1996) atribui que a confiança é fundamental na

compreensão do conceito de capital social. Putnam (1996) considera que os estoques de capital social, ao incluir itens que constituem um bem público como confiança, normas, sistemas de participação e cadeias de relações sociais, “facilitam a cooperação para o benefício mútuo” (CABREIRA, 2002, p.13), tendem a ser cumulativo e a reforçar-se mutuamente.

Esses estoques de capital social colaboram na construção de uma “comunidade cívica” por buscar alcançar equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem estar coletivo. (PUTNAM, 1996). Em seus argumentos, Putnam (1996) advoga que baixos níveis de capital social indicam baixos níveis de desenvolvimento social. Ainda ressalta que o capital social diz respeito às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas (PUTNAM, 1996).

Segundo Brusco e Solinas (1999), em uma comunidade, aquilo que rege práticas difusas de cooperação e possibilita a participação é um *corpus* complexo de regras – um código de confiança - que conforma os comportamentos dos atores / agentes. Esse código de confiança, intensamente discutido por Fukuyama (1996), envolve tanto as questões relacionadas à vida nos lugares de trabalho como, de forma mais geral, às condições externas, a vida associada. O desenvolvimento desse ‘código de confiança’, que conforma o comportamento dos atores / agentes comunitários, termina por influenciar o processo de coletivização das ações fazendo-se necessária a constituição de uma coordenação das diversas ações facilitando, enfim, as sinergias e garantindo o alcance dos objetivos desejados (BRUSCO; SOLINAS, 1999).

Um ponto em comum se sobressai nas colocações acima, referenciadas acerca do desenvolvimento local e do capital social: a necessidade da construção contínua de um contexto relacional, tendo por base a produção

da ação social humana com o objetivo da geração e gestão de projetos e trabalhos de uma determinada comunidade. Esse ponto está relacionado à cooperatividade sistêmica.

O cooperativismo é uma doutrina baseada na cooperação que opera na sociedade como um sistema reformista com objetivos de obter resultados favoráveis, fruto de um trabalho coletivo que abrange o lado social (SILVA NETO et al., 2000). O trabalho cooperativo constitui um agrupamento de pessoas em torno de objetivos comuns com a capacidade de compartilhar experiências e recursos disponíveis, além de “produzir e reproduzir relações úteis e duráveis entre si e com outros atores, que contribuam para alcançar os objetivos compartilhados” (JUNQUEIRA; TREZ, 2004, p.3). Esse agrupamento solidário garante a concentração do capital social para obter lucros materiais ou simbólicos (BOURDIEU, 1998).

Já a cooperatividade sistêmica está relacionada ao “grau mais elevado e a dimensão mais abrangente de aplicação da capacidade de cooperar em processos de desenvolvimento” (MONTEIRO; MONTEIRO, 2002, p. 6). Ela pode ocorrer quando os atores sociais componentes de uma determinada localidade cooperam entre si, gerando benefícios para si, para todas as partes que formam esse todo e para o meio onde estão inseridos (MONTEIRO; MONTEIRO, 2002).

Na organização cooperativa de pessoas historicamente excluídas ou à margem do acesso ao conhecimento, como é o caso dos trabalhadores em questão, é necessário um amplo trabalho de formação que inclua sensibilização e motivação, preparação técnica, estudo da história do cooperativismo e seus problemas. A passagem do estágio de excluído para construtor e participante de uma cooperativa, ou seja, protagonista, demanda um conjunto de rupturas na forma tradicional de concepção do trabalho. A autogestão, o planejamento da produção, a construção da relação com o mercado, são algumas das necessidades que se impõem ao processo

cooperativo e, portanto, exigem conhecimento qualificado por parte dos participantes. O processo de formação e capacitação dos participantes é importante para a eficácia da ação cooperativa e se constitui necessidade permanente aos grupos interessados na geração de trabalho e renda (ANDRIOLI, 2002).

Atores sociais que trabalham dentro de um fazer cooperativo têm como característica a autogestão, que propicia o processo de educação dos participantes. O exercício da participação e da convivência constrói novas relações entre as pessoas, o que, também, se reproduz para a sociedade. As rupturas nas relações de produção entre os cooperados, decorrentes da organização coletiva, refletem no seu processo de consciência, contribuindo para a formação de lideranças e na promoção da cidadania (ANDRIOLI, 2002; BURSZTYN et al., 2003). Desse modo, a prática de uma cooperação em sistemas resulta em:

[...] ganhos sociais como a capacidade de viver em comunidade; ganhos econômicos como o acesso a novos mercados, redução de custos, aumento de poder de barganha em compras e vendas; políticos, como a melhoria da governabilidade; culturais, como a melhoria da qualidade da educação; e ambientais como a preservação do meio ambiente (MONTEIRO; MONTEIRO, 2002, p. 8).

A cooperatividade sistêmica já está presente em várias formas de iniciativas no território brasileiro. A despeito dessa realidade, ressalta-se que a implementação desta prática sofre, em determinados locais, resistências provenientes da herança histórica do colonialismo e da escravidão que produziu determinados fatores na cultura brasileira, como o assistencialismo, o paternalismo e o imediatismo, presentes em vários setores da sociedade. Esses fatores ainda contribuem para o desenvolvimento da baixa autoestima, do conformismo, da apatia, além da formação da postura da esperteza, do individualismo e da

centralização do poder dos brasileiros (HOLANDA, 1995; MONTEIRO; MONTEIRO, 2002).

Portanto, as pessoas que não têm a prática do protagonismo na construção do seu destino, ficam habituadas a querer resultados imediatos vindos da esfera pública (governantes), privada (patrões) ou da sociedade civil. Em contrapartida, ressalta-se que diante da grande diversidade ética, cultural e religiosa, o povo brasileiro, em especial o cearense, demonstra-se apto para o desenvolvimento da prática de cooperação devido a determinadas características constitutivas de sua cultura como flexibilidade, adaptação, criatividade, facilidade de comunicação, cordialidade que favorecem a cooperatividade (HOLANDA, 1995; MONTEIRO; MONTEIRO, 2002).

2. O SENTIDO DE COMUNIDADE

A idéia de 'comunidade' tem presença intermitente na história das idéias. Para Sawaia (1996) a idéia de comunidade aparece e desaparece das reflexões sobre o homem e sociedade em consonância às especificidades do contexto histórico e esse movimento explicita a dimensão política do conceito, objetivado no confronto entre valores coletivistas e valores individuais.

A idéia de comunidade (*gemeinschaft*) está baseada em três eixos: o sangue, o lugar e o espírito ou o parentesco, a vizinhança e a amizade. Todos os sentimentos nobres como o amor, a lealdade, a honra, a amizade são emoções de comunidade, sendo que na idéia de sociedade (*gesellschaft*), os homens não estão vinculados, mas divididos. Ela aparece na atividade aquisitiva e na ciência racional e sua base é o mercado, a troca e o dinheiro (SAWAIA, 1996).

Sawaia (1996) ressalta que mais que uma categoria científico-analítica, comunidade é uma categoria orientadora da ação e da reflexão e seu conteúdo, extremamente sensível ao contexto

social em que se insere, pois está associada ao debate sobre exclusão social e ética do bem viver.

Desta forma, compreende-se nesse estudo que os indivíduos que trabalham na coleta, na seleção e no transporte de materiais recicláveis formam uma comunidade, pois, uma comunidade pode ser definida como um grupo de pessoas que compartilham de uma característica comum, uma comum unidade, que as aproximam e pela qual são identificadas (NEUMANN; NEUMANN, 2004a). A comum unidade ressaltada pelos autores está associada a um território, região, características, origens, cultura, crenças, interesses e causas partilhados. Esses elementos configurantes da comum unidade encontram-se presentes nos trabalhadores em estudo.

3. O COLETOR DE MATERIAL RECICLÁVEL NOS ESPAÇOS DA CIDADE DE FORTALEZA

Estima-se que o número de coletores de materiais recicláveis no Brasil seja de aproximadamente 500.000 (quinhentos mil). Conforme o 'Diagnóstico socioeconômico e cultural do (a) coletor (a) de materiais recicláveis de Fortaleza', a estimativa é de que haja cerca de 8 mil coletores na capital cearense (IMPARH, 2006).

À medida que a população de Fortaleza cresce, cresce também a quantidade de lixo produzido. Esse acúmulo de resíduos dispersados todos os dias na cidade propicia o aparecimento de uma atividade laboral pouco respeitada, a catação de lixo, no caso específico, a coleta seletiva de materiais para reciclagem. Um dos responsáveis por essa coleta seletiva é o coletor de material reciclado, que apesar do seu trabalho de garimpagem não impede o depósito de toneladas de lixo reaproveitável diariamente no aterro sanitário. De acordo com a pesquisa anteriormente citada, nos espaços da cidade de Fortaleza transitam homens, mulheres e crianças

envolvidos no trabalho de catação de lixo. A partir da amostragem, 75,6% são homens e, das mulheres que vivem da profissão, a maioria acompanha os companheiros. Cerca de 27,8% estão entre 18 a 25 anos e pelo menos 23,6% estão entre 31 e 40 anos de idade. A dificuldade em conseguir um emprego foi a causa mais citada pelo ingresso na atividade de coletor. Do total de 265 entrevistados, 22,6% se declararam não-alfabetizados.

O coletor pertence ao grupo de trabalhadores que devido a condições sociais e baixa escolaridade não encontram lugar no mercado formal de trabalho. Esse trabalhador, que faz o reaproveitamento de materiais recicláveis, atua, muitas vezes anonimamente, na problemática questão do lixo das grandes, médias e pequenas cidades. Esse coletivo que vive da catação de materiais recicláveis tem papel fundamental, pois seu trabalho, caracterizado pela coleta e reciclagem dos resíduos sólidos, é responsável por produzir "uma nova lógica de produção onde desenvolvimento sustentável e estímulo ao crescimento econômico podem coexistir" (SILVA, 2006, p.3).

O trabalho que exercem nem de longe apresenta condições humanas dignas. De acordo com Medeiros e Macedo (2007), a rotina de trabalho expõe o coletor a riscos para a saúde, a preconceitos sociais e à desregulamentação dos direitos trabalhistas (segurança, horas trabalhadas, remuneração). Magera (2003) corrobora esse pensamento quando descreve as condições precárias do exaustivo trabalho realizado pelo coletor: muitas vezes, ultrapassa doze horas ininterruptas; um trabalho exaustivo, visto as condições a que estes indivíduos se submetem, com seus carrinhos puxados pela tração humana, carregando por dia mais de 200 quilos de lixo (cerca de 4 toneladas por mês), percorrendo mais de vinte quilômetros por dia, e, ao final, muitas vezes explorados pelos donos dos depósitos de lixo (sucateiros) que, num gesto paternalista, trocam os resíduos coletados do dia

por bebida alcoólica ou pagam-lhe um valor simbólico, insuficiente para sua própria reprodução como coletor de lixo (MAGERA, 2003, p.34).

Além dessas condições, as 906 pessoas que trabalham na área, entrevistadas na pesquisa realizada pelo IMPARH, afirmaram não utilizarem equipamentos de proteção corporal e estarem sempre expostos a acidentes na manipulação de vidros ou outros materiais cortantes. O estudo mostrou também que grande parte dos coletores preferencialmente trabalha no fim da tarde e no período da noite, por coincidir com o horário em que é realizada a coleta do lixo.

Na retaguarda de toda logística dos resíduos urbanos:

[...] desde a coleta até sua disposição final, encontra-se uma complexa rede operacional extra-oficial de grande importância para a manutenção da dinâmica dos resíduos urbanos. Nos grandes centros urbanos, milhares de pessoas, direta ou indiretamente, tiram o seu sustento do lixo urbano (SILVA; LIMA, 2007, p. 147).

A logística do processo de trabalho dos coletores abrange a catação dos materiais em lixos distribuídos nos espaços públicos e privados das cidades e a separação do lixo do material reciclável numa quantidade que seja suficiente para a venda. No que se refere à comercialização desse material, aparece o atravessador, e esse tem como função o recebimento, a pesagem e o estabelecimento do preço a ser pago pelo material reciclável coletado. Na cidade de Fortaleza, onde são produzidas 15 mil toneladas de lixo reciclável por mês e desse total, apenas 4,9 mil são recicladas, um dia de trabalho pode render aos coletores em torno de R\$ 60, a depender da quantidade e do tipo de material que recolhem.

4. A PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DOS COLETORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA CIDADE DE FORTALEZA

As condições socioeconômicas dos coletores da cidade de Fortaleza não se diferenciam muito das que ocorrem em outros centros urbanos do Brasil. No entanto, conforme afirma Carmo (2005), à medida que o tema reciclagem passa a ser discutido em uma sociedade como uma das formas de gestão sustentável dos resíduos sólidos, cresce o interesse econômico pelo assunto. Isso afeta diretamente os modos de engajamento do coletor na tarefa do manejo dos resíduos sólidos e conseqüentemente os seus ganhos.

Leal *et al.* (2002), citados por Medeiros e Macedo (2006, p. 65), concluem que o “[...] coletor de material reciclável participa como elemento base de um processo produtivo bastante lucrativo, no entanto, paradoxalmente, trabalha em condições precárias, subumanas e não obtém ganho que lhe assegure uma sobrevivência digna”.

Nesse cenário, o que se propõe é pensar sobre a possibilidade da comunidade dos coletores da cidade de Fortaleza se organizar sob forma de cooperatividade sistêmica para que eles, de maneira organizada, possam articular os recursos para o bem comum. Desta forma, esses trabalhadores podem ser protagonistas tanto na criação como na gestão do seu capital social, à medida que contribuem para o desenvolvimento sustentável da cidade. Como dito anteriormente, o exercício da cooperatividade sistêmica de uma cooperativa vai além da instituição formalizada, legal. Ele está na essência dos processos que geram um desenvolvimento incluyente, integrador e duradouro para o local. Desse modo, assim como as cooperativas, grupos voltados à prática da cooperatividade sistêmica podem ser organizados nos mais diferentes setores da economia, no campo e na cidade. Pode-se afirmar que em torno de qualquer problema econômico ou social é possível constituir uma

unidade de trabalho cooperativo. Como instrumentos de geração de emprego e renda, estas unidades podem atuar desde os processos de produção, industrialização, comercialização, crédito e prestação de serviços (ANDRIOLI, 2002; MONTEIRO; MONTEIRO, 2002)

E nesse processo, as políticas públicas (governo, empresas e sociedade civil) podem e devem exercer papel relevante na promoção dos processos de formação de lideranças, emancipação, conscientização e transformação da condição de indivíduos em reais sujeitos de direito, bem como igualmente favorecer o desenvolvimento e a qualidade dos serviços públicos prestados, evitando a formação de guetos discriminatórios. Por outro lado, esses indivíduos também são atores sociais que devem assumir o papel de protagonistas nas relações estabelecidas entre a iniciativa privada e governo, no que concerne às questões relacionadas à cidade, que é de todos. Juntos poderão construir estratégias cooperativas. No entanto é importante que o manejo de condução do poder também seja repensado (questão cultural).

A despeito disso, as ações de cooperatividade sistêmica ocorrem em espaço público onde um novo modelo de governança, apropriado às práticas includentes, integradores e promotoras de sustentabilidade do desenvolvimento, deve trabalhar o planejamento e as ações de parcerias no local (MONTEIRO, 2003).

Tais ações podem incluir um processo de resgate à cidadania – direitos civis, políticos e sociais e a autoestima desses trabalhadores, a busca coletiva e compartilhamento de conhecimentos (educação básica, educação para o trabalho, formação de lideranças), a construção de visões de futuro compartilhadas, a prática de discussão e construção conjunta de soluções para os problemas comuns, debates para aprovação e projetos consensuais de desenvolvimento para comunidade, elaboração de agenda de trabalhos, identificação e busca por fomento compartilhado

de fatores locacionais, formação de parcerias para capacitação de pessoal, convênio de facilitação fiscal e de crédito, ação conjunta de construção de uma infraestrutura de suporte a cursos de desenvolvimento de produtos reciclados e comercialização tanto do material coletado, como dos bens produzidos, parcerias com as universidades e faculdades da cidade para o desenvolvimento tecnológico e aquisição de tecnologias, e por fim, a criação de uma incubadora que prestaria serviços a empreendedores locais e/ou projetos com objetivos de criação de microempresas que, ao ingressar no programa de incubação, sejam sustentáveis e economicamente viáveis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste ensaio é contribuir para a reflexão sobre as condições de trabalho dos coletores de lixo da cidade de Fortaleza. Assim, foi proposto um meio de organizar esses trabalhadores sob a forma de uma cooperatividade sistêmica. Pensar em cooperatividade sistêmica objetiva o rompimento com processos políticos, econômicos e sociais que fomentam o desenvolvimento baseado no crescimento econômico de poucos, em detrimento da qualidade de vida de todos, na destruição irremediável do meio ambiente, subtraindo a dignidade de muitos indivíduos.

Na essência, todos esses indivíduos, homens, mulheres, crianças e adolescentes serão estimulados a pensar em soluções para os problemas que afetam a si, a sua família, o local onde vivem. Serão também preparadas para agir em prol de tornar reais as soluções encontradas. À medida que participam, percebem que estão em um ambiente onde são ouvidas e respeitadas, em que a cooperação tem um sentido direto em suas vidas.

Nesse contexto fica facilitado o desenvolvimento de uma consciência coletiva crítica da realidade social. A partir dessa

consciência, pode-se originar a vontade deste coletivo em organizar para transformar, o que contribui para o aumento do capital social de uma comunidade (MONTEIRO; MONTEIRO, 2002; NEUMANN; NEUMANN, 2004b).

Nessa perspectiva, a implantação da prática de cooperação passa por uma mudança cultural dependente de vontade política, de estratégias e ações pela delegação de responsabilidades para todos, assim como de iniciativas orientadas por lideranças do Estado, do mercado e da sociedade civil. Dentro desse enfoque, a cooperatividade sistêmica pode ser considerada como forma a ser pensada politicamente na busca de soluções para problemas locais, pela organização e mobilização de uma comunidade para que a mesma possa discutir, compreender sua realidade e, que a partir disso, consiga levantar seus saberes, talentos e recursos disponíveis.

Ainda há muito a ser feito. No que diz respeito à pesquisa, esta caminha para o entendimento mais profundo sobre os atores sociais em questão e seus fatores específicos que tendem a contribuir sobre as possibilidades dessa forma de organização, assim como as estratégias de participação de governo, mercado e sociedade civil na elaboração de políticas públicas em prol da contínua construção e mobilização do capital social em favor do desenvolvimento dessa comunidade de trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ANDION, C. Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.37, n.5, p.1033-1054, set/out, 2003.

ANDRIOLI, A. I. Cooperativismo: uma resistência à exclusão. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano 2, n.19, 2002. Disponível em: (www.espacoacademico.com.br/019/19andrioli.htm). Acesso em: 19 nov. 2005.

BERETTA, S.; CURINI, L. Il ruolo della famiglia nel generare capitale sociale: um approccio di economia política. In: DONATI, Pierpaolo. **8º Rapporto CISF sulla famiglia in Itália**, Milano: S. Paolo, p. 290-339, 2003.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, p. 67-69, 1998.

BRUSCO, S.; SOLINAS, G. Partecipazione necessaria e partecipazione possibile. **L'impresa al plurale. Quaderni della partecipazione**, Milano, n. 3-4, p. 411-428, 1999.

BURSZTYN, I.; et.al. Benchmark: Prainha do Canto Verde. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v.3 n.3, p. 18-32, 2003. Disponível em: (<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewarticle.php?id=39&layout=abstract>). Acesso em: 28 nov. 2008.

CABREIRA, Z. **Capital social como fator de sustentabilidade aos programas de desenvolvimento local, reflexões sobre uma prática**: a experiência do Sebrae em Lagoa dos Três Cantos. 2002. 120p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

CARMO, M. S. A semântica “negativa” do lixo como fator “positivo” à sobrevivência da Catação – Estudo de caso sobre a associação dos recicladores do Rio de Janeiro. In: E, ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - ENANPAD, Brasília, 29. , 2005. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2005, 1CD.

FERRAZ, S. F. de S. Competências profissionais, mercado de trabalho e desenvolvimento local. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL

DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - ENANPAD, Campinas, 25. , 2001. **Anais...** Campinas: ANPAD, 2001, 1 CD.

FUKUYAMA, F. **Confiança, as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
INSTITUTO MUNICIPAL DE PESQUISAS, ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS (IMPARH). **Diagnóstico socioeconômico e cultural do(a) coletor(a) de materiais recicláveis de Fortaleza**. Fortaleza, 2006.

JUNQUEIRA, L. A. P.; TREZ, A. P. O Capital Social e a Sobrevivência das Cooperativas de Trabalho. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - ENANPAD, Curitiba, 28. , 2004. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2004, 1CD.

MAGERA, M.C. **Os Empresários do Lixo – um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das cooperativas de reciclagem de lixo**. Campinas: Editora Átomo, 2003.

MANFREDINI, C.; LOPES, J. R. Participação Comunitária em Projetos de Desenvolvimento Local: um estudo no Bairro dos Marins, Piquete/SP. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - ENANPAD, Brasília, 29. , 2005. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2005, 1CD.

MEDEIROS, L.F.R.; MACEDO, K. B. Coletor de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Psicologia & Sociedade**. 18 (2), p.62-71. Mai./ago. 2006.

MILANI, C. R.S. Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: **Capital**

social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia. 2005. Disponível em: (<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/>). Acesso em: março, 2006.

MONTEIRO, J. de P. **Cooperação: saiba o que é cooperatividade sistêmica para um novo tipo de desenvolvimento**. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2003.

MONTEIRO, J. de P.; MONTEIRO, C. **Cooperação passo a passo: como inovar em desenvolvimento aplicando a cooperação**. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002.

MONTEIRO, J. H. P.; et al. **Manual de gerenciamento integrado de resíduos sólidos**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

NEUMANN, L. T. V.; NEUMANN, R. A. **Repensando o investimento social: a importância do protagonismo comunitário**. São Paulo: Global; IDIS – Instituto para o Desenvolvimento Social, 2004a.

NEUMANN, L. T. V.; NEUMANN, R. A. **Desenvolvimento comunitário baseado em talentos e recursos locais – ABCD**. São Paulo: Global; IDIS – Instituto para o Desenvolvimento Social, 2004b.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SAWAIA, B. B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Psicologia Social Comunitária. Da solidariedade**

à **autonomia**. 6. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

SILVA NETO, P. Q. de.; et al. (2000) Cooperativismo como organismos equalizador da renda. In: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS - EGEPE, Maringá, 1., 2000. **Anais...** Maringá: EGEPE, 2000. 1 CD.

SILVA, D. B. S.; LIMA, S. do C. L. Coletores de materiais recicláveis em Uberlândia - MG, Brasil: estudo e recenseamento. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia v. 8, n. 21 Jun/2007, p. 82 – 98. Disponível em: (<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>). Acesso em 13 dez 2007.

SILVA, R. B. da. O movimento nacional dos coletores de materiais recicláveis: atores, governação, regulação e questões emergentes no cenário brasileiro. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v.3 n.2. jul/dez 2006. Disponível em: (<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/882/685>). Acesso em: 17 out 2008.

SOUZA, M. L. de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. São Paulo: Cortez, 1996

